



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

A reação dos media ao apagão ibérico de 28 de abril de 2025: o papel do jornalismo no combate à desinformação durante uma situação de crise

The media's reaction to the iberian blackout of April 28, 2025: the role of journalism in combating misinformation during a crisis situation

Projeto de Graduação

Nome: Francisco Alves de Sousa Fidalgo

Orientador: Professor Rui Estrada

Data: 24/07/2026



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

A reação dos media ao apagão ibérico de 28 de abril de 2025: o papel do jornalismo no combate à desinformação durante uma situação de crise

The media's reaction to the iberian blackout of April 28, 2025: the role of journalism in combating misinformation during a crisis situation

Projeto de Graduação

Nome: Francisco Alves de Sousa Fidalgo

Orientador: Professor Rui Estrada

Data: 24/07/2026

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à Universidade Fernando Pessoa pelo acolhimento com que me recebeu desde o primeiro dia. A esta instituição, chamarei sempre casa.

Deixo também os meus maiores agradecimentos ao meu orientador, Rui Estrada, que sempre se demonstrou incansável no seu apoio ao desenvolvimento do projeto. Foi, ainda, a razão pelo meu interesse na abordagem ao tema tratado por este projeto, bem como a tantos outros desde que nos conhecemos em contexto académico. É (e sempre será) a minha maior referência na Universidade Fernando Pessoa.

Quero também agradecer aos restantes docentes que me acompanharam nos últimos três anos, com um agradecimento especial à professora Sandra Tuna, que sempre me acompanhou em cada etapa da licenciatura, acabando por ser a minha orientadora de estágio.

Aos meus pais, Joana e Hugo, ficam também os meus maiores agradecimentos, por todo o seu apoio incansável, por me ajudarem em todos os momentos e circunstâncias da vida e por sempre me proporcionarem o que qualquer filho pode desejar: amor. Este trabalho é, sobretudo, dedicado a vós.

Aos meus amigos mais próximos, agradeço por estarem na minha vida, pelos momentos preciosos que tanto me fazem bem, por me fazerem sorrir sempre que preciso, por me tornarem melhor pessoa e por me motivarem quando tudo parece estar a desmoronar-se.

Aos meus avós e a toda a minha família, pelo apoio que sempre me dão em demasia e pelo amor que tanto nos une, apesar da distância que nos separa.

E, finalmente, agradeço à minha avó Isabel, a minha segunda mãe. A Beli viu o neto entrar na Universidade e, por alguns meses, não o viu concluir. Sei, no entanto, que a Beli me vê todos os dias e que me acompanha, como sempre o fez. Sei, sobretudo, que estará orgulhosa, em paz, algures.

Com gratidão e muito amor,

Francisco Fidalgo

Resumo

O presente Projeto de Graduação analisa a atuação dos meios de comunicação social portugueses durante o apagão ibérico de 28 de abril de 2025, procurando compreender de que forma responderam à circulação de desinformação nas primeiras horas da crise. A investigação baseou-se na análise de notícias publicadas por diferentes órgãos de comunicação social e de comunicados emitidos por entidades oficiais, com o objetivo de identificar as estratégias jornalísticas adotadas num contexto marcado pela incerteza e pela rápida evolução dos acontecimentos.

O trabalho conta com uma análise à resposta ao apagão ibérico de alguns dos principais órgãos de comunicação social portugueses, nomeadamente a RTP, SIC Notícias e Jornal de Notícias.

Os resultados demonstram que os meios de comunicação privilegiaram, de forma generalizada, o recurso a fontes oficiais, nomeadamente a Rede Elétrica Nacional (REN), o Governo da República Portuguesa, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), procurando distinguir entre informação confirmada e hipóteses ainda por validar.

Verificou-se, igualmente, que a desinformação se manifestou através de narrativas relacionadas com alegados ciberataques, fenómenos atmosféricos invulgares e previsões infundadas sobre a duração do apagão, difundidas sobretudo nas redes sociais.

Este estudo evidencia o papel do jornalismo na verificação, contextualização e esclarecimento da informação em situações de crise, contribuindo para limitar a propagação de conteúdos enganosos e reforçar a confiança dos cidadãos em fontes credíveis.

Palavras-chave: desinformação; jornalismo; apagão ibérico; meios de comunicação social; verificação da informação; fontes oficiais.

Abstract

This Graduation Project analyses the performance of the Portuguese news media during the Iberian power outage of 28 April 2025, seeking to understand how they responded to the spread of disinformation during the first hours of the crisis. The research is based on the analysis of news reports published by different Portuguese media outlets, as well as official statements issued by public authorities, with the aim of identifying the journalistic strategies adopted in a context marked by uncertainty and the rapid evolution of events.

The study includes an analysis of the coverage of the Iberian power outage by some of Portugal's leading news organisations, namely RTP, SIC Notícias, and Jornal de Notícias.

The findings show that the media generally relied on official sources, particularly the National Electricity Grid (REN), the Government of the Portuguese Republic, the National Authority for Emergency and Civil Protection (ANEPC), and the Energy Services Regulatory Authority (ERSE), while seeking to distinguish between confirmed information and unverified hypotheses.

The study also found that disinformation emerged through narratives related to alleged cyberattacks, unusual atmospheric phenomena, and unfounded predictions regarding the duration of the power outage, which were spread mainly through social media and other digital platforms.

This research highlights the essential role of journalism in verifying, contextualising, and clarifying information during crisis situations, thereby helping to limit the spread of misleading content and strengthen public trust in credible sources.

KeyWords: disinformation; journalism; Iberian power outage; news media; information verification; official sources.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	3
1.1 Informação, conhecimento e desinformação	3
1.2 O conceito de desinformação	4
1.3 A desinformação em contextos de crise	6
1.4 Pós-verdade, viés de confirmação e teorias da conspiração	7
1.5 O papel do jornalismo e do fact-checking	9
Capítulo II - Método de investigação	11
2.1 Natureza de investigação	11
2.2 Método de investigação	11
2.3 Método de análise de conteúdo	12
Capítulo III - O apagão ibérico de 28 de abril de 2025	14
3.1 O apagão ibérico	14
3.2 A resposta das entidades oficiais	16
3.3 A informação durante as primeiras horas do apagão	18
3.4 O nascimento das primeiras narrativas falsas	19
Capítulo IV - A cobertura mediática da desinformação durante o apagão ibérico	22
4.1 A resposta inicial dos meios de comunicação social	22
4.2 O recurso às fontes oficiais	24
4.3 As narrativas falsas	26
4.4 Entre a pandemia de COVID-19 e o apagão ibérico	28
4.5 Resultados de investigação	31
Conclusões	33
Referências Bibliográficas	36

Índice de Figuras

Figura 1: <i>Primeira notícia avançada pelo Jornal de Notícias sobre o apagão ibérico.</i>	15
Figura 2: <i>Primeira notícia avançada pelo Jornal de Notícias sobre o apagão ibérico.</i>	16
Figura 3: <i>Primeira notícia avançada pela SIC Notícias sobre o apagão ibérico.</i>	23
Figura 4: <i>Notícia avançada pela RTP Notícias sobre a possibilidade de ciberataque.</i>	26
Figura 5: <i>Notícia avançada pela SIC Notícias sobre o desmentido da REN.</i>	27
Figura 6: <i>Análise do Polígrafo sobre uma das alegadas origens do apagão.</i>	29
Figura 7: <i>Análise do Polígrafo sobre conteúdos falsos ligados à OMS.</i>	31

Índice de Tabelas

Tabela 1: <i>Resumos das respostas institucionais ao apagão</i>	18
Tabela 2: <i>As primeiras horas do apagão</i>	19

Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos

UFP	Universidade Fernando Pessoa
REN	Rede Elétrica Nacional
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
RTP	Rádio e Televisão Portuguesa
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
OMS	Organização Mundial de Saúde

Introdução

A circulação de desinformação constitui um dos principais desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, particularmente em contextos de crise, nos quais a necessidade de informação rápida e fiável tende a coexistir com elevados níveis de incerteza. O desenvolvimento das plataformas digitais e das redes sociais permitiu uma difusão praticamente instantânea de conteúdos, potenciando não só a circulação de informação verificada, mas também a propagação de rumores, especulações e conteúdos falsos que podem influenciar a perceção pública dos acontecimentos.

Em situações de emergência, como conflitos armados, pandemias ou falhas de infraestruturas críticas, a ausência de informação confirmada durante as fases iniciais dos acontecimentos cria um ambiente favorável ao aparecimento de narrativas falsas. Nestes contextos, compete aos órgãos de comunicação social informar a população com rigor, recorrendo a fontes credíveis e contribuindo para limitar a disseminação de informação falsa.

No dia 28 de abril de 2025, Portugal e Espanha foram afetados por um apagão elétrico de grande dimensão que provocou perturbações significativas em diversos setores essenciais, incluindo os transportes, as telecomunicações, os serviços públicos e a atividade económica. Nas horas que se seguiram ao início da interrupção do fornecimento elétrico, multiplicaram-se nas redes sociais e em diversas plataformas digitais inúmeras hipóteses acerca das causas do incidente, entre as quais alegações de ciberataques, atos de sabotagem, terrorismo ou interferência estrangeira, tudo antes de existir qualquer confirmação oficial.

Neste contexto, o presente projeto de graduação tem como objetivo analisar a forma como os órgãos de comunicação social portugueses responderam à circulação de desinformação durante o apagão ibérico de 28 de abril de 2025. Pretende-se identificar as principais narrativas falsas que surgiram durante a crise, compreender de que forma foram abordadas pelos meios de comunicação e avaliar o papel desempenhado pelas fontes oficiais na confirmação da informação.

Será utilizada uma metodologia qualitativa, baseada na análise documental e na análise de conteúdo de notícias publicadas por diferentes órgãos de comunicação social portugueses, complementada pela consulta de comunicados institucionais e documentos oficiais produzidos pelas entidades envolvidas na gestão da crise.

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta o enquadramento teórico relativo à desinformação, à comunicação de crise e ao papel do jornalismo na verificação da informação. O segundo expõe a metodologia utilizada na investigação. O terceiro contextualiza o apagão ibérico, descrevendo os acontecimentos e a resposta das entidades competentes. Por fim, o quarto capítulo apresenta a análise da cobertura mediática portuguesa, discutindo o modo como os diferentes meios de comunicação lidaram com a circulação de desinformação durante o acontecimento. É ainda feita uma comparação com outros fenómenos de crise semelhantes.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1.1 Informação, conhecimento e desinformação

As sociedades contemporâneas caracterizam-se por um acesso sem precedentes à informação. A evolução da *Internet* e das plataformas digitais permitiu que qualquer utilizador pudesse produzir, partilhar e consumir conteúdos em tempo real, alterando profundamente a forma como a informação circula. Contudo, o aumento da quantidade de informação disponível não corresponde necessariamente a um aumento do conhecimento. Pelo contrário, a facilidade de publicação e disseminação de conteúdos tornou mais difícil distinguir informação rigorosa de informação falsa, incompleta ou manipulada.

Neste contexto, importa distinguir os conceitos de informação e conhecimento. Enquanto a informação corresponde ao conjunto de dados, factos ou mensagens que circulam na sociedade, o conhecimento resulta da interpretação crítica dessa informação, sustentada pela evidência, pelo escrutínio e pela validação. Como refere Tom Nichols (2017), um dos principais desafios das sociedades atuais não reside na falta de informação, mas na crescente dificuldade em reconhecer a autoridade do conhecimento especializado. Segundo o autor, assiste-se a uma desvalorização progressiva dos peritos e das instituições responsáveis pela produção de conhecimento, fenómeno que favorece a aceitação de opiniões pessoais como se possuíssem o mesmo valor que conclusões sustentadas cientificamente. Segundo Nichols (2017, Cap. 1), "A maior preocupação atualmente é que as pessoas chegaram a um ponto em que a ignorância é encarada como uma verdadeira virtude. Rejeitar o aconselhamento dos especialistas tornou-se uma forma de afirmar autonomia."

Esta realidade encontra-se intimamente ligada ao desenvolvimento do ambiente digital. As redes sociais democratizaram o acesso ao espaço público e permitiram uma participação mais ativa dos cidadãos no debate, mas também facilitaram a rápida

+circulação de conteúdos sem qualquer processo de verificação. Como consequência, informações verdadeiras, opiniões, rumores e conteúdos deliberadamente falsos coexistem no mesmo espaço mediático, dificultando a capacidade dos cidadãos para distinguir fontes credíveis de fontes não fiáveis.

É neste contexto que emerge o fenómeno da desinformação. Embora frequentemente associada ao termo *fake news*, a desinformação constitui um conceito mais amplo e complexo. Wardle e Derakhshan (2017) defendem que a expressão *fake news* é insuficiente para explicar as diferentes formas de manipulação da informação, propondo o conceito de *information disorder*, que engloba diferentes tipos de conteúdos falsos ou enganosos difundidos no ambiente digital. Para estes autores, a desinformação caracteriza-se pela criação e disseminação deliberada de informação falsa ou manipulada com o objetivo de enganar o público ou provocar danos sociais, políticos ou económicos.

A Comissão Europeia (2018) define igualmente a desinformação como informação comprovadamente falsa ou enganadora, produzida e difundida de forma intencional para obter vantagens económicas ou influenciar a opinião pública. Esta definição evidencia que a desinformação não resulta apenas de erros ou falhas na comunicação, mas de estratégias deliberadas de manipulação que exploram a rapidez da circulação da informação e a dificuldade de verificação por parte dos cidadãos.

Assim, compreender a desinformação implica reconhecer que o problema não reside apenas na existência de conteúdos falsos, mas também na fragilidade dos mecanismos de validação do conhecimento e na crescente dificuldade em distinguir informação baseada em evidências de conteúdos sustentados apenas por opiniões, emoções ou crenças pessoais. Esta realidade torna particularmente relevante o papel do jornalismo, da academia e das restantes instituições produtoras de conhecimento na promoção de uma esfera pública assente em informação rigorosa e verificável.

1.2 O conceito de desinformação

A desinformação constitui um dos principais desafios das sociedades digitais contemporâneas, assumindo um impacto significativo na forma como os cidadãos interpretam a realidade e tomam decisões. Apesar de ser frequentemente associada ao

termo *fake news*, diversos autores defendem que esta expressão é insuficiente para explicar a complexidade do fenómeno, uma vez que se centra apenas na ideia de notícias falsas e ignora outras formas de manipulação da informação.

Wardle e Derakhshan (2017) criticam a utilização da expressão *fake news*, considerando que esta se tornou demasiado vaga e politizada. Em alternativa, propõem o conceito de *information disorder* (desordem informativa), que permite compreender diferentes formas de produção e disseminação de conteúdos falsos, manipulados ou descontextualizados. Segundo os autores, o problema da desinformação não reside apenas na falsidade da informação, mas também na intenção de enganar e nas consequências que essa informação pode ter para indivíduos, organizações e sociedades.

Neste sentido, Wardle e Derakhshan (2017) distinguem três conceitos fundamentais. O primeiro é a *misinformation*, correspondente à divulgação de informação falsa sem intenção de causar dano. Trata-se, por exemplo, da partilha de um rumor por um utilizador que acredita estar a divulgar informação verdadeira. O segundo conceito é a *disinformation*, que corresponde à criação e divulgação deliberada de informação falsa com o objetivo de manipular a opinião pública, obter vantagens políticas ou económicas ou provocar desinformação. Por fim, os autores identificam a *malinformation*, que consiste na divulgação de informação verdadeira utilizada de forma descontextualizada ou manipulada para prejudicar pessoas ou instituições.

Esta distinção revela-se particularmente importante em contextos de crise. Durante acontecimentos inesperados, como pandemias, catástrofes naturais ou falhas de infraestruturas críticas, coexistem frequentemente conteúdos produzidos por erro, especulações partilhadas de boa-fé e campanhas deliberadas de manipulação da informação. Consequentemente, compreender a natureza de cada tipo de conteúdo torna-se essencial para avaliar o seu impacto na esfera pública.

Neste contexto, a desinformação deve ser entendida como um fenómeno multidimensional, resultante da interação entre fatores tecnológicos, políticos, económicos e sociais. Mais do que um problema associado exclusivamente às redes sociais, trata-se de um desafio que coloca em causa a qualidade do debate público, a confiança nas instituições e o próprio funcionamento das democracias, tornando

indispensável o papel do jornalismo e das entidades responsáveis pela verificação da informação.

1.3 A desinformação em contextos de crise

Os contextos de crise constituem um espaço particularmente propício à disseminação de desinformação. Situações inesperadas, marcadas por elevados níveis de incerteza e pela escassez de informação confirmada, levam frequentemente a sociedade a procurar respostas imediatas para acontecimentos ainda em desenvolvimento. Neste cenário, rumores, especulações e conteúdos não verificados ganham espaço para uma rápida circulação, muitas vezes antes da divulgação de informações oficiais.

De acordo com Coombs (2015), a comunicação de crise caracteriza-se pela necessidade de transmitir informação rigorosa num curto espaço de tempo, procurando reduzir a incerteza e preservar a confiança do público. No entanto, nas fases iniciais de uma crise é comum que as entidades responsáveis ainda não disponham de dados suficientes para explicar os acontecimentos, criando um vazio informativo que pode ser rapidamente ocupado por narrativas alternativas.

A pandemia de COVID-19 representou um dos exemplos mais significativos deste fenómeno. Paralelamente à propagação do vírus, verificou-se uma circulação massiva de informação falsa e enganadora, fenómeno esse que levou a Organização Mundial da Saúde, em 2020, a utilizar o termo “infodemia” para descrever a sobrecarga de informação (tanto verdadeira como falsa) que dificultava a identificação de fontes credíveis e comprometia a adoção de comportamentos informados.

Durante a pandemia, difundiram-se inúmeras narrativas sem fundamento científico relacionadas com a origem do vírus, métodos de prevenção, tratamentos alternativos e campanhas de vacinação. Em muitos casos, estas informações foram partilhadas de forma massiva através das redes sociais, ultrapassando a velocidade de propagação das informações verificadas e credíveis. Cinelli et al. (2020) demonstram que as plataformas digitais desempenharam um papel determinante neste processo, potenciando a rápida circulação de conteúdos emocionalmente apelativos e favorecendo a formação de comunidades que reforçavam determinadas crenças.

Para além dos fatores tecnológicos, a literatura destaca também a influência de mecanismos psicológicos e sociais. Em períodos de elevada incerteza, os indivíduos tendem a procurar explicações simples para acontecimentos complexos, revelando maior predisposição para aceitar narrativas que confirmem as suas convicções ou reduzam a ansiedade provocada pela falta de respostas. Neste contexto, a desinformação responde frequentemente a necessidades emocionais antes mesmo de responder a necessidades informativas.

Embora o apagão ibérico de 28 de abril de 2025 tenha ocorrido num contexto muito distinto da pandemia, ambos os acontecimentos partilharam características comuns do ponto de vista comunicacional. Nas primeiras horas após a interrupção do fornecimento elétrico, a inexistência de uma explicação oficial favoreceu a rápida disseminação de rumores relacionados com alegados ciberataques, atos de sabotagem e interferências estrangeiras. Tal como sucedera durante a pandemia, a ausência inicial de informação confirmada criou condições para que interpretações especulativas circulassem mais rapidamente do que os esclarecimentos emitidos pelas autoridades competentes.

Assim, a pandemia de COVID-19 pode ser entendida como um importante antecedente para compreender a dinâmica da desinformação em situações de crise. Apesar das diferenças entre ambos os acontecimentos, os mecanismos que favoreceram a circulação de informação falsa. A incerteza, velocidade das plataformas digitais, procura por explicações imediatas e dificuldade de verificação — revelam uma continuidade que justifica a análise do apagão ibérico à luz da literatura desenvolvida durante a pandemia.

1.4 Pós-verdade, viés de confirmação e teorias da conspiração

A disseminação da desinformação não pode ser explicada apenas pela evolução tecnológica ou pelo funcionamento das plataformas digitais. A literatura demonstra que fatores cognitivos, psicológicos e sociais desempenham igualmente um papel determinante na forma como os indivíduos interpretam, aceitam e partilham informação. Neste contexto, conceitos como pós-verdade, viés de confirmação e teorias da conspiração assumem especial relevância para compreender a vulnerabilidade das sociedades contemporâneas à desinformação.

O termo pós-verdade ganhou particular notoriedade na última década para descrever contextos em que os factos objetivos exercem menos influência na formação da opinião pública do que as emoções, as crenças pessoais ou as convicções ideológicas. Em sociedades marcadas por uma elevada polarização e por uma oferta informativa praticamente ilimitada, torna-se mais fácil selecionar conteúdos que reforcem aquilo em que já se acredita, independentemente da sua veracidade. Neste cenário, a verdade deixa de ser determinada apenas pela evidência e passa, muitas vezes, a ser condicionada pela identificação emocional dos indivíduos com determinadas narrativas.

Um dos mecanismos que contribui para este fenómeno é o viés de confirmação. Este consiste na tendência para procurar, interpretar e valorizar informações que confirmem crenças previamente estabelecidas, desvalorizando ou rejeitando evidências que as contradizem. Em consequência, os indivíduos tendem a construir ambientes informativos homogêneos, nos quais são expostos maioritariamente a conteúdos compatíveis com as suas convicções. As plataformas digitais reforçam esta dinâmica através de algoritmos que privilegiam conteúdos semelhantes aos anteriormente consumidos, contribuindo para a formação de câmaras de eco (*echo chambers*) e bolhas de informação (*filter bubbles*).

Tom Nichols (2017) acrescenta uma perspetiva complementar ao defender que um dos principais desafios das democracias contemporâneas reside na crescente desvalorização do conhecimento especializado. Em *The Death of Expertise*, o autor argumenta que a facilidade de acesso à informação levou muitos indivíduos a acreditar que possuem um conhecimento equivalente ao dos especialistas, mesmo quando esse conhecimento resulta apenas de pesquisas superficiais ou opiniões pessoais. Afirma, ainda, que “qualquer pessoa que saiba usar o Google pensa que tem o mesmo nível de conhecimento que um cientista ou um médico.”. Esta tendência contribui para uma crescente desconfiança relativamente às instituições científicas, académicas, jornalísticas e governamentais, dificultando a aceitação de informação sustentada em evidências. Associado a esta realidade encontra-se também o efeito Dunning-Kruger, fenómeno identificado por Dunning e Kruger (1999), segundo o qual indivíduos com reduzido conhecimento sobre determinado tema tendem a sobrestimar as suas competências, enquanto especialistas revelam frequentemente maior prudência na

formulação das suas conclusões. Esta discrepância favorece a circulação de opiniões apresentadas com elevado grau de confiança, ainda que careçam de fundamento científico ou factual.

Por sua vez, as teorias da conspiração constituem uma manifestação recorrente destes mecanismos cognitivos. Segundo Douglas et al. (2019), estas narrativas procuram explicar acontecimentos complexos através da ação secreta de grupos poderosos, oferecendo interpretações simples para fenómenos que, na realidade, resultam de múltiplos fatores. Embora frequentemente desprovidas de evidência, as teorias da conspiração tendem a ganhar força em períodos de crise, quando a incerteza e a ansiedade aumentam a procura por explicações rápidas e facilmente compreensíveis.

1.5 O papel do jornalismo e do fact-checking

Num contexto marcado pela rápida circulação de informação e pela crescente disseminação de conteúdos falsos ou enganosos, o jornalismo assume uma presença fundamental no debate público. Para além de informar os cidadãos sobre os acontecimentos, compete aos órgãos de comunicação social selecionar, verificar e contextualizar a informação antes da sua divulgação, de forma a que o debate público assente em factos rigorosos e verificáveis e seja credível. Esta responsabilidade torna-se particularmente relevante em situações de crise, nas quais a escassez de informação confirmada aumentam o risco de propagação de rumores e especulações.

Kovach e Rosenstiel (2021) defendem que a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade, entendida não como uma verdade absoluta, mas como um processo contínuo de verificação e correção da informação. Segundo os autores, a credibilidade dos meios de comunicação depende da capacidade de confirmar factos através de fontes fiáveis, distinguir informação verificada de informação especulativa e corrigir eventuais erros de forma transparente. Neste sentido, a prática jornalística diferencia-se da simples circulação de conteúdos nas plataformas digitais, onde a rapidez de publicação frequentemente se sobrepõe à verificação.

A evolução do ambiente digital colocou novos desafios ao jornalismo. As redes sociais alteraram profundamente o ritmo da produção noticiosa, a pressão para divulgar informação em tempo real é maior e as redações vêm-se obrigadas a competir com

milhares de utilizadores que publicam conteúdos sem qualquer processo de validação de credibilidade.

Neste contexto, o *fact-checking* afirmou-se como um instrumento fundamental no combate à desinformação. Segundo Graves (2016), o *fact-checking* consiste num processo sistemático de verificação de afirmações públicas através da análise de evidências documentais, testemunhos e fontes credíveis, permitindo avaliar o grau de veracidade da informação difundida. Para além de corrigir conteúdos falsos, esta prática promove a transparência, reforça a confiança do público e contribui para a responsabilização dos diferentes intervenientes no espaço mediático.

Em Portugal, organizações como o Polígrafo, bem como as equipas de verificação de órgãos de comunicação social nacionais, têm desempenhado um papel crescente na identificação de conteúdos falsos que circulam nas redes sociais. Paralelamente, entidades públicas como a REN, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e o Governo assumem igualmente uma função essencial enquanto fontes oficiais de informação ao fornecer dados atualizados que permitem aos jornalistas confirmar ou refutar informações em circulação.

Durante as primeiras horas de crise relativas ao apagão ibérico de 28 de abril de 2025, os órgãos de comunicação social portugueses foram confrontados com um elevado volume de informação não confirmada, incluindo hipóteses relacionadas com ciberataques russos, atos de sabotagem e outras explicações que rapidamente circularam nas redes sociais nos dias seguintes. A forma como os diferentes meios de comunicação recorreram às fontes oficiais, distinguiram factos de especulações e procederam à atualização das notícias constitui um elemento central da presente investigação, permitindo avaliar o contributo do jornalismo para a mitigação da desinformação num contexto de elevada incerteza.

Capítulo II - Método de Investigação

2.1 Natureza da investigação

O presente Projeto de Graduação tem como principal objetivo analisar a forma como os meios de comunicação social portugueses geriram a informação durante o apagão ibérico de 28 de abril de 2025, com especial enfoque na disseminação e no tratamento da desinformação nas primeiras horas da crise.

Pretende-se compreender de que modo os órgãos de comunicação social responderam a um contexto marcado pela escassez de informação confirmada, identificando as estratégias utilizadas na cobertura jornalística, o recurso a fontes oficiais, o tratamento dos rumores e a evolução das notícias à medida que novas informações eram disponibilizadas pelas entidades competentes.

Para alcançar estes objetivos, foi selecionado um conjunto de notícias publicadas entre os dias 28 e 30 de abril de 2025 por alguns dos principais órgãos de comunicação social portugueses, designadamente a RTP, a SIC Notícias e o Jornal de Notícias, bem como vários comunicados de entidades como a REN, a ANEPC e a ERSE. A análise incide sobre a cobertura produzida durante as primeiras horas do apagão, período em que se verificou uma maior incerteza informativa e uma intensa circulação de narrativas falsas e conteúdos não verificados.

2.2 Método de investigação

O presente Projeto de Graduação centra-se na análise do apagão ibérico ocorrido a 28 de abril de 2025, um acontecimento que provocou uma interrupção generalizada do fornecimento de energia elétrica em Portugal, Espanha e em algumas zonas do sul de

França. Pela dimensão geográfica do incidente, pelo impacto na vida quotidiana de milhões de cidadãos e pela ampla cobertura mediática que gerou, este episódio constitui um caso de estudo particularmente relevante para a análise da comunicação em contexto de crise.

A escolha deste caso justifica-se, sobretudo, pelo ambiente de elevada incerteza que marcou as primeiras horas do acontecimento. Apesar da rápida intervenção das entidades responsáveis, a inexistência de uma explicação imediata para as causas do apagão originou um vazio informativo que favoreceu a circulação de rumores, especulações e conteúdos não verificados, sobretudo nas redes sociais e em plataformas digitais.

Neste contexto, os meios de comunicação social desempenharam um papel fundamental na transmissão de informação à população. A necessidade de responder rapidamente ao interesse público colocou os órgãos de comunicação perante o desafio de equilibrar a rapidez da publicação com o rigor da verificação dos factos, recorrendo, sempre que possível, a fontes oficiais e a informação devidamente confirmada, apesar das falhas nas primeiras horas de crise.

O apagão ibérico representa, assim, um caso de estudo que pretende compreender a relação entre comunicação de crise, jornalismo e desinformação.

2.3 Método de análise de conteúdo

Atendendo aos objetivos definidos para esta investigação, optou-se pela utilização da análise de conteúdo como principal método de investigação. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção dessas mensagens." (Bardin, 2016, p. 48).

Para a constituição do corpus de análise foram selecionadas notícias publicadas entre 28 e 30 de abril de 2025 pelos órgãos de comunicação social RTP, SIC Notícias e Jornal de

Notícias. A seleção deste período temporal justifica-se por corresponder às primeiras horas e dias do apagão ibérico, momento em que se verificou uma maior procura de informação por parte da população e uma intensa circulação de rumores relacionados com as possíveis causas da interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Cada notícia será analisada com base num conjunto de categorias previamente definidas, permitindo comparar a atuação dos diferentes órgãos de comunicação social perante um mesmo acontecimento. Entre as categorias consideradas incluem-se: as fontes de informação utilizadas, a rapidez na publicação e atualização das notícias, o tratamento dos rumores, a linguagem empregue, a referência explícita à incerteza, a existência de correções ou retificações e o recurso a conteúdos de verificação de factos (*fact-checking*).

A utilização destas categorias permitirá identificar padrões de cobertura mediática e compreender de que forma os meios de comunicação social portugueses responderam ao desafio de informar durante uma situação de crise caracterizada pela escassez de informação confirmada e pela rápida disseminação de conteúdos potencialmente desinformativos.

Capítulo III - O apagão ibérico de 28 de abril de 2025

3.1 O apagão ibérico

O dia 28 de abril de 2025 ficou marcado por um dos acontecimentos mais disruptivos registados na Península Ibérica nas últimas décadas. Durante o final da manhã, uma interrupção súbita e generalizada no fornecimento de energia elétrica afetou Portugal continental, Espanha e algumas zonas do sul de França, provocando perturbações significativas no funcionamento de infraestruturas críticas e na vida quotidiana de milhões de pessoas, empresas, negócios e serviços fundamentais. O impacto imediato do apagão tornou-o num acontecimento de elevada relevância mediática e institucional.¹

Em Portugal, a falha no fornecimento de eletricidade teve impacto em diversos setores essenciais, comprometendo temporariamente o funcionamento dos transportes públicos, das telecomunicações, dos serviços de saúde, do comércio e de outros serviços considerados críticos. A interrupção do abastecimento energético afetou igualmente os sistemas de pagamento eletrónico, originando dificuldades nas transações comerciais e aumentando a procura por informação junto das entidades responsáveis e dos órgãos de comunicação social. Apesar de muitos serviços disporem de sistemas de contingência com geradores de energia, a dimensão do incidente evidenciou a elevada dependência da sociedade relativamente ao fornecimento e consumo contínuo de energia elétrica.

Nas primeiras horas após o início do apagão, as autoridades confirmaram a ocorrência da interrupção, mas não conseguiram identificar imediatamente a sua origem. A ausência de uma explicação oficial definitiva levou as entidades responsáveis a adaptarem a sua comunicação e, apesar da tentativa de prudência, os comunicados

¹ Disponível em: <https://eco.sapo.pt/2025/04/28/apagao-geral-na-eletricidade-ha-queixas-de-norte-a-sul-do-pais/>

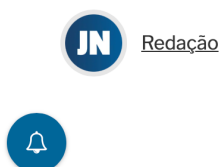
institucionais não escaparam à desinformação. Em declarações à RTP 3, o ministro Adjunto e da Coesão Territorial Manuel Castro Almeida admitiu, no dia do apagão, a possibilidade de se tratar de um ciberataque: “Há essa possibilidade, de facto. É uma coisa em grande escala que, pela dimensão que tem, é compatível com um ciberataque. Mas é uma informação não confirmada”.²



Figura 1: Primeira notícia avançada pelo Jornal de Notícias sobre o apagão ibérico

² Disponível em: <https://www.jn.pt/nacional/artigo/europa-sem-luz-apagao-de-norte-a-sul-de-portugal-e-noutros-paises/17761419>

Várias zonas de Portugal estão neste momento sem eletricidade devido a um problema no sistema europeu de energia elétrica. O JN sabe que o apagão está a afetar vários países, incluindo Espanha, França, Itália e a Bélgica.



Ao JN chegaram relatos da falha de energia nas cidades de Porto, Gaia, Matosinhos, Gondomar, Famalicão, Aveiro e Marinha Grande.

Figura 2: Primeira notícia avançada pelo Jornal de Notícias sobre o apagão ibérico

3.2 A resposta das entidades oficiais

Em situações de crise, a comunicação institucional desempenha um papel determinante na gestão da informação e na redução da incerteza. A rapidez, a transparência e a consistência das mensagens divulgadas pelas autoridades podem contribuir para reforçar a confiança dos cidadãos e limitar a propagação de rumores e conteúdos não verificados. Pelo contrário, atrasos na comunicação, informações contraditórias ou a ausência de esclarecimentos tendem a criar um vazio informativo suscetível de ser preenchido por especulações e desinformação.

No caso do apagão ibérico de 28 de abril de 2025, a Rede Elétrica Nacional (REN) assumiu um papel central enquanto principal fonte oficial de informação relativamente ao sistema elétrico português. Nas primeiras horas após o início da interrupção do fornecimento de energia, a empresa confirmou a ocorrência do incidente, mas esclareceu que ainda não existiam elementos suficientes para determinar a sua origem. Esta postura refletiu uma estratégia de prudência comunicacional, privilegiando a divulgação de informação confirmada em detrimento da formulação de hipóteses que pudessem induzir o público em erro.

Paralelamente, o Governo português, através do Primeiro-Ministro e dos ministérios competentes, acompanhou a evolução da situação e promoveu sucessivas atualizações sobre as medidas adotadas para minimizar os efeitos do apagão e restabelecer a

normalidade. As comunicações oficiais procuraram transmitir uma mensagem de tranquilidade, apelando à população para que seguisse apenas informações provenientes de fontes credíveis e evitasse a disseminação de rumores ainda não confirmados.³

Também a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), as forças de segurança e outras entidades públicas desempenharam um papel relevante na divulgação de recomendações dirigidas à população. Entre as principais orientações encontravam-se a utilização responsável das linhas de emergência, a redução de deslocações desnecessárias e o acompanhamento da informação através dos canais oficiais. Estas mensagens procuraram não apenas informar os cidadãos, mas também prevenir comportamentos que pudessem agravar as dificuldades decorrentes da interrupção do fornecimento de energia.

Contudo, apesar da atuação das entidades oficiais, a complexidade da ocorrência e a inexistência de uma explicação imediata relativamente às causas do apagão dificultaram a gestão da comunicação nas primeiras horas. À medida que a procura de informação aumentava, multiplicavam-se também interpretações especulativas difundidas nas redes sociais e em diferentes plataformas digitais. Neste contexto, as instituições foram obrigadas a equilibrar a necessidade de comunicar rapidamente com a responsabilidade de divulgar apenas informação rigorosamente confirmada.

A atuação das entidades oficiais durante o apagão evidencia um dos principais desafios da comunicação de crise: informar a população num cenário marcado pela incerteza, evitando simultaneamente que a ausência de respostas definitivas contribua para o fortalecimento da desinformação.

³ Disponível em: <https://portugal.gov.pt/gc24/comunicacao/noticias/estado-e-servicos-essenciais-mostraram-capacidade-de-resposta>

Tabela 1

Resumo das respostas institucionais ao apagão

Entidade	Primeira Comunicação	Objetivos
REN	Confirmar o apagão e informar sobre a reposição do serviço	Informação técnica
Governo	Tranquilizar a população e coordenar a resposta institucional	Comunicação política e institucional
ANEPC	Emitir recomendações de segurança e alertar para a desinformação	Proteção civil
ERSE	Esclarecer o enquadramento técnico e regulatório	Informação especializada

3.3 A informação durante as primeiras horas do apagão

As primeiras horas de uma situação de crise representam um período particularmente sensível do ponto de vista comunicacional. À medida que os acontecimentos evoluem, as entidades oficiais procuram recolher informação, confirmar factos e transmitir atualizações à população, enquanto os órgãos de comunicação social acompanham em permanência a evolução dos acontecimentos. Neste contexto, coexistem frequentemente informações confirmadas, hipóteses de trabalho e rumores, tornando a gestão da comunicação um dos principais desafios das autoridades e dos meios de comunicação social.

No caso do apagão ibérico de 28 de abril de 2025, a evolução da informação caracterizou-se por sucessivas atualizações emitidas pelas entidades oficiais e reproduzidas pelos órgãos de comunicação social. Durante as primeiras horas, a inexistência de uma explicação definitiva para a origem da interrupção do fornecimento de energia contribuiu para um ambiente de elevada incerteza, marcado pela rápida circulação de diferentes interpretações sobre as possíveis causas do incidente.

Tabela 2*As primeiras horas do apagão*

Hora	Acontecimento	Comunicação oficial	Cobertura mediática
11h33	Início do apagão	-	Primeiras notícias sobre falhas de energia
12h00	REN confirma interrupção generalizada	Causa desconhecida	Media iniciam cobertura em direto
13h00	Primeiras declarações do governo	Apelo à calma	Atualizações de informação constantes
15h00	Reposição parcial do serviço	REN informa evolução	Atualizações de informação constantes
Noite	Grande parte da energia restabelecida	Continuação da investigação	Cobertura sobre possíveis causas

3.4 O nascimento das primeiras narrativas falsas

As primeiras horas do apagão ibérico de 28 de abril de 2025 ficaram marcadas por um elevado nível de incerteza relativamente às causas da interrupção do fornecimento de energia. Apesar de as entidades oficiais terem confirmado rapidamente a ocorrência do incidente e iniciado a reposição gradual do serviço, a inexistência de uma explicação técnica definitiva criou um vazio informativo que foi rapidamente preenchido por hipóteses, especulações e conteúdos não verificados, difundidos sobretudo através das redes sociais. Conforme referido no enquadramento teórico, situações de crise caracterizadas por uma elevada procura de informação e pela escassez de dados confirmados constituem um contexto particularmente favorável à disseminação de desinformação. No caso do apagão ibérico, a rapidez com que diferentes interpretações começaram a circular evidenciou a dificuldade em distinguir informação factual de meras especulações, sobretudo durante as primeiras horas do acontecimento.

Entre as primeiras narrativas difundidas, destacou-se a hipótese de um ciberataque à infraestrutura elétrica da Península Ibérica. Embora esta possibilidade tenha sido amplamente partilhada nas redes sociais e reproduzida em alguns espaços de debate público, as entidades responsáveis esclareceram repetidamente que não existiam elementos que permitissem confirmar essa hipótese. A REN afirmou que não havia indícios de um ataque informático, apelando à prudência enquanto decorriam as investigações técnicas.

Paralelamente, circularam outras explicações não confirmadas, incluindo alegações de atos de sabotagem, interferência estrangeira e fenómenos atmosféricos excecionais. Algumas destas narrativas tiveram origem em interpretações incorretas de informações técnicas, enquanto outras resultaram da circulação de conteúdos sem identificação da respetiva fonte.

Perante a multiplicação destes rumores, diversas entidades oficiais e órgãos de comunicação social procederam ao esclarecimento público de informações falsas que circulavam online. A REN desmentiu, por exemplo, alegações de que o restabelecimento da eletricidade poderia demorar uma semana, esclarecendo que essa informação não tinha origem nos seus canais oficiais.⁴

De igual modo, foram rejeitadas interpretações que atribuíam de forma definitiva o incidente a um fenómeno atmosférico raro ou a um ciberataque, uma vez que as investigações ainda se encontravam em curso. Também a ANEPC apelou à população para acompanhar apenas os canais oficiais e evitar a disseminação de informação.⁵

O surgimento destas narrativas evidencia que a desinformação nem sempre resulta da criação deliberada de conteúdos falsos. Em muitos casos, verificou-se a circulação de hipóteses apresentadas como factos antes de existir confirmação oficial, ilustrando a distinção entre *misinformation* e *disinformation* discutida no capítulo anterior.

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/apagao-em-portugal-e-espanha-foi-causado-por-fenomeno-atmosferico-raro/>

⁵ Disponível em: <https://prociv.gov.pt/pt/noticias/28042025-interruptao-da-rede-eletrica-nacional>

Deste modo, mais do que identificar quais os rumores que circularam, importa compreender a forma como estes foram reproduzidos, desmentidos ou enquadrados pelos meios de comunicação social. É precisamente essa dimensão que será analisada nos capítulos seguintes, procurando perceber de que modo o jornalismo português respondeu ao desafio de informar num contexto marcado pela escassez de informação confirmada e pela rápida disseminação de narrativas falsas.

Capítulo IV - A cobertura mediática da desinformação durante o apagão ibérico

4.1 A resposta inicial dos meios de comunicação social

O apagão ibérico de 28 de abril de 2025 constituiu um dos acontecimentos mais mediáticos do ano em Portugal. A interrupção inesperada do fornecimento de energia elétrica afetou milhões de pessoas e comprometeu o funcionamento de diversos serviços essenciais, tornando a necessidade de informação rápida e rigorosa uma prioridade tanto para os meios de comunicação como para a população.

Nas primeiras horas do incidente, os principais órgãos de comunicação social portugueses iniciaram uma cobertura contínua da situação, recorrendo a atualizações permanentes à medida que novas informações eram disponibilizadas pelas entidades oficiais. Verificou-se uma forte aposta no acompanhamento em direto, através de emissões especiais, notícias de última hora e atualizações nas plataformas digitais.

Contudo, a cobertura jornalística desenvolveu-se num contexto marcado por uma significativa escassez de informação confirmada. Nos momentos iniciais, as notícias limitavam-se, na sua maioria, a confirmar a existência do apagão, a identificar as zonas afetadas e a reportar os impactos mais imediatos na mobilidade, nas telecomunicações, nos serviços de saúde e nos sistemas de pagamento eletrónico. As causas da interrupção permaneciam desconhecidas, sendo frequente a utilização de expressões como "as causas ainda estão por apurar", "não existe confirmação oficial" ou "as autoridades encontram-se a investigar". Por exemplo, a SIC Notícias avançou com a notícia da existência de um apagão, com informações, no entanto, limitadas: "Eram cerca das 11h30 desta segunda-feira quando um apagão geral deixou Portugal (e outros países

européus) às escuras. A situação está a afetar o normal funcionamento de serviços essenciais como hospitais, aeroportos, transportes e telecomunicações. A origem? Ainda é desconhecida e pouco se sabe também sobre quando será resposta a normalidade.”⁶



Figura 3: Primeira notícia avançada pela SIC Notícias sobre o apagão.

Apesar da preocupação com o rigor informativo, a necessidade de atualizar constantemente a informação levou a que as notícias sofressem sucessivas alterações ao longo do dia. À medida que surgiam novos comunicados e declarações oficiais, os títulos, subtítulos e conteúdos das peças jornalísticas foram sendo revistos e atualizados. Este processo evidencia uma das principais características do jornalismo em situações de crise: a construção progressiva da informação, acompanhando o desenvolvimento dos acontecimentos e a confirmação de novos dados (Kovach & Rosenstiel, 2021). A cobertura realizada pela RTP e pela SIC Notícias durante o apagão ibérico ilustra este processo, uma vez que ambas as redações procederam a sucessivas atualizações das

⁶ Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2025-04-28-apagao-geral-o-que-se-sabe-ate-aga--33712903>

suas notícias e emissões em direto à medida que novas informações eram divulgadas pelas entidades oficiais.

Assim, a resposta inicial dos meios de comunicação social caracterizou-se por um esforço de equilíbrio entre a rapidez da divulgação e o dever de rigor jornalístico. Embora a ausência de uma explicação imediata para as causas do apagão tenha contribuído para um ambiente propício ao nascimento de rumores, a cobertura noticiosa procurou, de um modo geral, assentar em informação proveniente de fontes oficiais ao atualizar continuamente os conteúdos publicados, à medida que novas confirmações eram disponibilizadas.

4.2 O recurso às fontes oficiais

Num contexto de crise, a credibilidade da informação jornalística depende, em grande medida, da qualidade e fiabilidade das fontes utilizadas. Em situações caracterizadas por elevada incerteza e pela rápida evolução dos acontecimentos, o recurso a fontes oficiais assume uma importância acrescida, de forma a que os órgãos de comunicação social possam minimizar o risco de propagação de informação incorreta ou não verificada.

Durante a cobertura inicial do apagão ibérico, verificou-se um recurso predominante a fontes institucionais. A Rede Elétrica Nacional (REN) constituiu a principal fonte de informação relativamente ao funcionamento da rede elétrica e à evolução do restabelecimento do fornecimento de energia.⁷ Paralelamente, o Governo da República Portuguesa, através do Primeiro-Ministro e de outros membros do Executivo, prestou esclarecimentos sobre as medidas adotadas para responder à situação, enquanto a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) foi responsável por fazer recomendações dirigidas à população.⁸ Posteriormente, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) contribuiu para o enquadramento técnico do incidente e

⁷ Disponível em: <https://www.ren.pt/media/noticias/corte-no-abastecimento-eletrico-em-toda-a-peninsula-iberica-afeta-portugal>

⁸ Disponível em: <https://prociv.gov.pt/pt/noticias/28042025-interruptao-da-rede-eletrica-nacional>

para o esclarecimento de questões relacionadas com a investigação das causas do apagão.⁹

Nos momentos em que não existiam informações suficientes para explicar a origem da interrupção do fornecimento de energia, os jornalistas optaram, na maioria dos casos, por explicitar que as causas permaneciam desconhecidas de forma a evitar a propagação de informações não credíveis.

Esta opção revela uma preocupação em cumprir um dos princípios fundamentais do jornalismo: a verificação da informação antes da sua divulgação. Conforme defendem Kovach e Rosenstiel (2021), a obrigação primordial do jornalismo consiste no compromisso com a verdade, o que implica recorrer a fontes credíveis e distinguir claramente entre factos confirmados e informações ainda sujeitas a confirmação.

Contudo, a forte dependência das fontes oficiais também revelou algumas limitações. A inexistência de respostas imediatas relativamente às causas do apagão levou a que, durante várias horas, a cobertura mediática fosse marcada por sucessivas atualizações sem que existissem esclarecimentos definitivos. A RTP Notícias, por exemplo, cobriu a situação do apagão entre 28 e 30 de abril com atualizações ao minuto de momentos-chave que marcaram os três dias em questão.¹⁰

Este vazio informativo contribuiu para que rumores e interpretações especulativas circulassem paralelamente à informação jornalística, sobretudo nas redes sociais, obrigando posteriormente os próprios órgãos de comunicação social a proceder ao esclarecimento de informações incorretas ou não confirmadas.

Deste modo, a análise da cobertura inicial evidencia que o recurso às fontes oficiais foi o elemento central da estratégia informativa adotada pelos meios de comunicação social portugueses. Apesar das dificuldades inerentes a uma situação de crise, a utilização predominante de informação proveniente de entidades institucionais permitiu reforçar a credibilidade da cobertura jornalística, ainda que não tenha sido suficiente para impedir a circulação de narrativas falsas no espaço digital.

⁹ Disponível em: https://www.erse.pt/media/j22obg3d/ersexplica-apagão-abil-2025_vfinal.pdf

¹⁰ Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/apos-apagao-e-redes-anuncia-reposicao-total-de-energia-metros-de-lisboa-e-porto-reativados_e1651070

4.3 As narrativas falsas

Um dos principais desafios enfrentados pelos órgãos de comunicação social durante o apagão ibérico foi a rápida disseminação de narrativas falsas e de hipóteses não confirmadas acerca das causas da interrupção do fornecimento de energia elétrica. A inexistência de uma explicação oficial nas primeiras horas do incidente criou um espaço de incerteza e favoreceu a circulação de informações falsas, sobretudo nas redes sociais, mas também em algumas plataformas noticiosas internacionais.

Entre as narrativas que mais rapidamente ganharam visibilidade, destacou-se a hipótese de um ciberataque à infraestrutura elétrica da Península Ibérica. Embora esta possibilidade tenha sido amplamente discutida no espaço público e reproduzida em diversas plataformas digitais, os principais órgãos de comunicação social portugueses como a RTP optaram, na generalidade dos casos, por apresentar esta hipótese como uma possibilidade em investigação e não como um facto confirmado.¹¹ Sempre que esta narrativa foi referida, procurava-se enquadrá-la através de declarações da REN, do Governo ou de outras entidades competentes, esclarecendo que não existiam evidências que permitissem confirmar essa explicação.



Figura 4: Notícia avançada pela RTP Notícias sobre a possibilidade de ciberataque.

¹¹ Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/apagao-nato-nao-descarta-possibilidade-de-ciberataque_v1650893

Outro exemplo relevante foi a divulgação da alegada ocorrência de um "fenómeno atmosférico raro" como causa do apagão. Esta informação ganhou projeção internacional após uma notícia da agência Reuters, que atribuía essa explicação à REN. Pouco tempo depois, a empresa portuguesa desmentiu oficialmente à SIC ter prestado essa informação, levando à correção da notícia originalmente publicada. Este episódio demonstra como, mesmo em órgãos de comunicação reconhecidos internacionalmente, a pressão para divulgar informação em tempo real pode favorecer a publicação de dados incorretos, posteriormente retificados.¹²

Durante o período de maior incerteza circularam igualmente mensagens que afirmavam que a reposição do fornecimento elétrico poderia demorar vários dias ou mesmo uma semana. Também estas informações foram desmentidas pela REN, que esclareceu não terem origem nos seus canais oficiais e apelou à população para acompanhar apenas os comunicados emitidos pelas entidades responsáveis.



Figura 5: Notícia avançada pela SIC Notícias sobre o desmentido da REN.

¹² Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2025-04-28-e-falso-que-fenomeno-atmosferico-raro-tenha-estado-na-origem-do-apagao-1a078544>



Figura 6: Análise do Polígrafo sobre uma das alegadas origens do apagão.

A análise das notícias selecionadas permite concluir que os meios de comunicação social portugueses procuraram, de um modo geral, distinguir entre informações confirmadas e hipóteses ainda em investigação. De um modo geral, ao surgirem novos esclarecimentos oficiais, as notícias foram atualizadas, sendo corrigidas ou reformuladas de forma a indicar a verdade.

Apesar destes esforços, o caso do apagão ibérico demonstra que a velocidade com que os rumores circulam nas plataformas digitais constitui um desafio permanente para o jornalismo. A necessidade de informar rapidamente, associada a uma escassez de dados confirmados, cria um ambiente particularmente vulnerável à propagação de conteúdos falsos. Como afirmam Wardle e Derakhshan (2017), vivemos num contexto de “poluição informativa à escala global”, sendo exigido aos profissionais da comunicação um elevado rigor na seleção das fontes e na verificação dos factos antes da sua divulgação.

4.4 Entre a pandemia de COVID-19 e o apagão ibérico

Embora separados por contextos diferentes, a pandemia de COVID-19 e o apagão ibérico de 28 de abril de 2025 apresentam características comuns no que respeita à circulação de desinformação. Em ambos os casos, a existência de um contexto de

elevada incerta, associada à procura de informação rápida, favorece a propagação de rumores, especulações e conteúdos que podem ou não possuir valores de factualidade.

Durante a pandemia, a ausência de conhecimento científico consolidado nas fases iniciais contribuiu para a disseminação de falsas informações relacionadas com a origem do vírus, tratamentos sem eficácia comprovada, medidas de prevenção e teorias da conspiração. Nesse contexto, a OMS (Organização Mundial de Saúde) classificou o excesso de informação falsa durante crises sanitárias com o termo “infodemia”.¹³ De forma semelhante, nas primeiras horas do apagão ibérico, verificou-se a circulação de diversas narrativas sobre as possíveis causas da interrupção do fornecimento de energia.

Tal como a REN foi alvo da disseminação de informações falsas durante o apagão ibérico, também a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alvo de múltiplas campanhas de desinformação ao longo da pandemia de COVID-19. Entre os conteúdos falsos mais difundidos encontravam-se alegadas recomendações da OMS para que pessoas saudáveis não utilizassem máscara em espaços públicos, bem como a divulgação de um suposto teste respiratório capaz de detetar sintomas da COVID-19. Estas alegações foram posteriormente desmentidas por diversos órgãos de *fact-checking*, entre os quais o Polígrafo, que demonstrou a sua falta de fundamento e evidenciou a forma como este tipo de conteúdos se propagou rapidamente, sobretudo através das plataformas digitais.¹⁴

¹³ Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic/the-covid-19-infodemic#tab=tab_1

¹⁴ Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/saude/as-tres-maiores-falsidades-que-se-tornaram-virais-sobre-a-oms>



Figura 7: Análise do Polígrafo sobre conteúdos falsos ligados à OMS.

Em ambos os casos, o jornalismo desempenhou um papel essencial na divulgação de informação real e na retificação de conteúdos falsos. A análise efetuada neste projeto demonstra que, durante o apagão ibérico, os principais órgãos de comunicação social portugueses recorreram maioritariamente a fontes oficiais, atualizaram as notícias à medida que surgiam novos dados e procederam ao esclarecimento de rumores que circulavam, entretanto, no espaço digital. Este comportamento aproxima-se das práticas jornalísticas adotadas durante a pandemia, período em que a verificação rigorosa da informação foi essencial para combater a desinformação.

A comparação entre estes dois acontecimentos permite concluir que a desinformação constitui um fenómeno transversal às situações de crise, independentemente da sua natureza. Sempre que existe um vazio informativo, a probabilidade de surgirem narrativas alternativas que procuram explicar acontecimentos ainda não totalmente esclarecidos aumenta. Neste contexto, o papel do jornalismo revela-se fundamental, não apenas enquanto veículo de informação, mas também enquanto mecanismo de verificação e combate à desinformação.

4.5 Resultados de investigação

A análise desenvolvida ao longo do presente capítulo permite verificar que a cobertura mediática do apagão ibérico de 28 de abril de 2025 refletiu muitos dos desafios identificados pela literatura relativamente à comunicação em situações de crise. Conforme defendem Wardle e Derakhshan (2017), os períodos marcados por elevada incerteza constituem contextos particularmente favoráveis à disseminação de desinformação, uma vez que a ausência de informação confirmada cria espaço para a circulação de rumores e interpretações especulativas. O caso do apagão ibérico confirma esta perspetiva, sendo que as primeiras horas do incidente foram acompanhadas pela rápida propagação de narrativas falsas relacionadas com as causas da interrupção do fornecimento de energia.

Apesar deste contexto, a análise efetuada demonstra que os principais órgãos de comunicação social portugueses procuraram, de um modo geral, adotar práticas compatíveis com os princípios fundamentais do jornalismo. A análise das notícias permitiu verificar que os órgãos de comunicação social recorreram maioritariamente a fontes oficiais, como a REN, o Governo, a ANEPC e a ERSE. Verificou-se igualmente que as informações foram sendo atualizadas à medida que surgiam novos dados, de forma a divulgar informação viável e confirmada. Estes resultados vão ao encontro dos princípios defendidos por Kovach e Rosenstiel (2021), segundo os quais a principal obrigação do jornalismo consiste no compromisso com a verdade e na verificação rigorosa dos factos.

A investigação permitiu igualmente constatar que a desinformação não circulou exclusivamente através das redes sociais, verificando-se também a divulgação temporária de informações incorretas por órgãos de comunicação de reconhecida credibilidade internacional. O episódio relacionado com o alegado "fenómeno atmosférico raro", posteriormente desmentido pela REN e corrigido pela Reuters, demonstra que, em contextos de elevada pressão informativa, até os meios de comunicação mais prestigiados podem ser afetados pela rapidez da circulação da informação.

A comparação realizada entre o apagão ibérico e a pandemia de COVID-19 permitiu identificar padrões comuns relativos à propagação da desinformação. Em ambos os

acontecimentos, a existência de um vazio informativo favoreceu o aparecimento de narrativas alternativas, que procuravam explicar acontecimentos ainda não totalmente esclarecidos. Verificou-se, igualmente, que as entidades oficiais assumiram um papel central no combate à desinformação através da emissão de comunicados, esclarecimentos públicos e desmentidos dirigidos à população.

Em síntese, os resultados obtidos permitem concluir que o jornalismo desempenhou um papel determinante na gestão da informação durante o apagão ibérico. Embora a rapidez exigida pela cobertura de um acontecimento desta natureza represente um desafio permanente para os profissionais da comunicação, a análise efetuada demonstra que os principais órgãos de comunicação social portugueses privilegiaram, na generalidade dos casos, a utilização de fontes credíveis e a atualização contínua da informação.

Conclusões

O presente Projeto de Graduação teve como principal objetivo analisar a forma como os meios de comunicação social portugueses geriram a informação durante o apagão ibérico de 28 de abril de 2025, procurando compreender de que modo responderam à circulação de desinformação nas primeiras horas da crise. Através da análise de notícias publicadas por diferentes órgãos de comunicação social, bem como de comunicados emitidos por entidades oficiais, foi possível identificar as principais estratégias utilizadas pelos jornalistas na cobertura de um acontecimento marcado pela incerteza, pela rapidez da evolução dos factos e pela proliferação de conteúdos não verificados.

Os resultados obtidos permitem concluir que os órgãos de comunicação social portugueses privilegiaram, na generalidade dos casos, o recurso a fontes oficiais, como a Rede Elétrica Nacional (REN), o Governo da República Portuguesa, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e, posteriormente, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

A investigação permitiu igualmente verificar que a desinformação assumiu diferentes formas ao longo do acontecimento. A circulação de hipóteses relacionadas com alegados ciberataques, fenómenos atmosféricos invulgares ou previsões infundadas sobre a duração do apagão demonstra que os períodos de elevada incerteza favorecem o aparecimento de narrativas alternativas, frequentemente difundidas através das redes sociais e de outras plataformas digitais. Apesar disso, a análise efetuada evidencia que os principais órgãos de comunicação social procuraram distinguir, na maioria das situações, entre informação confirmada e hipóteses ainda em investigação.

Ao longo deste trabalho tornou-se evidente que o jornalismo continua a desempenhar um papel essencial na construção de uma esfera pública informada. Mais do que

transmitir acontecimentos, compete aos órgãos de comunicação social contextualizar, verificar e esclarecer a informação de forma a reduzir o impacto da desinformação e a reforçar a confiança das pessoas nas fontes credíveis.

Importa, contudo, reconhecer algumas limitações desta investigação. A análise incidiu sobre um conjunto específico de órgãos de comunicação social portugueses e concentrou-se essencialmente no período inicial do apagão, não contemplando a totalidade da cobertura mediática produzida nos dias seguintes, nem a circulação quantitativa de conteúdos nas redes sociais. Deste modo, futuras investigações poderão alargar o universo de análise e estudar de forma mais aprofundada o impacto das plataformas digitais na disseminação e correção da desinformação durante situações de crise.

Em síntese, este estudo permitiu concluir que a resposta dos meios de comunicação social portugueses ao apagão ibérico foi, de um modo geral, pautada por uma preocupação com a verificação da informação e pelo recurso a fontes oficiais, contribuindo para limitar a propagação de conteúdos enganosos num contexto particularmente exigente. Embora a desinformação continue a representar um dos maiores desafios do ecossistema mediático contemporâneo, os resultados desta investigação demonstram que um jornalismo rigoroso, transparente e comprometido com a confirmação dos factos permanece um instrumento indispensável para a proteção do direito dos cidadãos a uma informação credível e de qualidade.

Referências Bibliográficas

- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2025, 28 de abril). *Interrupção da Rede Elétrica Nacional*. <https://prociv.gov.pt/pt/noticias/28042025-interruptao-da-rede-eletrica-nacional>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Cinelli, M., Quattrocioni, W., Galeazzi, A., Valensise, C. M., Brugnoti, E., Schmidt, A. L., Zola, P., Zollo, F., & Scala, A. (2020). *The COVID-19 social media infodemic*. *Scientific Reports*, 10(1), 16598.
- CNN Brasil. (2025, 29 de abril). *Apagão em Portugal e Espanha foi causado por fenómeno atmosférico raro?* <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/apagao-em-portugal-e-espanha-foi-causado-por-fenomeno-atmosferico-raro/>
- Coombs, W. T. (2015). *Ongoing crisis communication: Planning, managing, and responding* (4th ed.). SAGE.
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2019). The psychology of conspiracy theories. *Current Directions in Psychological Science*, 28(6), 538–542.
- Dunning, D., & Kruger, J. (1999). Unskilled and unaware of it: How difficulties in recognizing one's own incompetence lead to inflated self-assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(6), 1121–1134.
- ECO. (2025, 28 de abril). *Apagão europeu deixa Portugal sem eletricidade*. <https://eco.sapo.pt/2025/04/28/apagao-geral-na-eletricidade-ha-queixas-de-norte-a-sul-do-pais/>
- Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. (2025, 12 de maio). *Investigação ao apagão ibérico de 28 de abril de 2025*. https://www.erse.pt/media/j22obg3d/ersexplica-apagao-abil-2025_vfinal.pdf
- European Commission. (2018). *A multi-dimensional approach to disinformation: Report of the independent High Level Group on Fake News and Online Disinformation*.

- Governo da República Portuguesa. (2025, 28 de abril). *Estado e serviços essenciais mostraram capacidade de resposta*. <https://portugal.gov.pt/gc24/comunicacao/noticias/estado-e-servicos-essenciais-mostraram-capacidade-de-resposta>
- Graves, L. (2016). *Deciding what's true: The rise of political fact-checking in American journalism*. Columbia University Press.
- Jornal de Notícias. (2025, 28 de abril). *Europa sem luz: Apagão de norte a sul de Portugal e noutros países*. <https://www.jn.pt/nacional/artigo/europa-sem-luz-apagao-de-norte-a-sul-de-portugal-e-noutros-paises/17761419>
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2021). *The elements of journalism: What newspeople should know and the public should expect* (4th ed.). Crown.
- Polígrafo. (2020, 25 de julho). *As três maiores fake news virais sobre a Organização Mundial de Saúde*. <https://poligrafo.sapo.pt/saude/as-tres-maiores-falsidades-que-se-tornaram-virais-sobre-a-oms>
- Rede Elétrica Nacional. (2025, 28 de abril). *Corte no abastecimento elétrico em toda a Península Ibérica afeta Portugal*. <https://www.ren.pt/media/noticias/corte-no-abastecimento-eletrico-em-toda-a-peninsula-iberica-afeta-portugal>
- RTP. (2025, 28 de abril). *Apagão. NATO não descarta possibilidade de ciberataque*. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/apagao-nato-nao-descarta-possibilidade-de-ciberataque_v1650893
- RTP. (2025, 30 de abril). *Após apagão: Acompanhamento e atualizações*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/apos-apagao-e-redes-anuncia-reposicao-total-de-energia-metros-de-lisboa-e-porto-reativados_e1651070
- SIC Notícias. (2025, 28 de abril). *Apagão geral: O que se sabe até agora?* <https://sicnoticias.pt/pais/2025-04-28-apagao-geral-o-que-se-sabe-ate-agora--33712903>
- SIC Notícias. (2025, 28 de abril). *É falso que fenómeno atmosférico raro tenha estado na origem do apagão*. <https://sicnoticias.pt/pais/2025-04-28-e-falso-que-fenomeno-atmosferico-raro-tenha-estado-na-origem-do-apagao-1a078544>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe.
- World Health Organization. (2020). *Managing the COVID-19 infodemic*.

World Health Organization. (n.d.). *Infodemic*. https://www.who.int/health-topics/infodemic/the-covid-19-infodemic#tab=tab_1